

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

CONSELHO SUPERIOR

Reunião ordinária de 19 de novembro de 2021

Ata 17/2021

Na data acima citada, o Conselho Superior do IF Sul reuniu-se extraordinariamente, sob a condução do presidente, Flávio Luis Barbosa Nunes. Participaram da webconferência os conselheiros, conselheiras, convidados e convidadas: Alex Sander Moreira, Alexandre Pitol Boeira, Aline Severo da Silva, Ana Paula Nogueira e Silva, André Luiz Pereira, Angelita Hentges, Anita Regina Diniz, Antônio Carlos Silveira Júnior, Beatriz Oreques de Araújo, Bruna Rafaela Boch, Carlos Jesus Anghinoni Correa, Carolina Soares, Cláudia Redecker Schwabe, Cleber Vargas Islabão, Daiana Schons, Daniela da Rosa Curcio, Daniela Schulz, Daniella Schulz, Denise Perez Lacerda, Eloisa Maria Wiebusch, Elton Luiz Pedroso, Erica Capeletti, Evandro Fernandes, Fernando Abrahão Afonso, Francilon Lima Simões, Gabriele Lais Mandler, Glederson Lessa dos Santos, Guilherme da Silva Aguiar, Helena Miranda da Silva Araújo, Isabela Pieniz Eidelwein, Janaína Corneli, João Pereira, José Antônio Oliveira, Josiela Silveira Cavalheiro, Júlio Korzekwa, Kellen Ludtke Bierhals, Lauro Luis Borges Junior, Leonardo Rener Koppe, Lucas Vanini, Magda Santos dos Santos, Manoel Madruga da Silveira, Marcelo Felipe Saraiva Borba, Marcelo Kwecko, Marcelio Diogo, Marcio Estrela de Amorim, Marcos André Betemps Vaz da Silva, Marcos Roberto Prietto Schvants, Marcus Eduardo Maciel Ribeiro, Marta Helena Blank Tessmann, Mauro Bacci Giusti, Max Lindoberto Gonçalves, Michel Formentin de Oliveira, Michele da Silva, Miguel Pinto, Natali Farias Cardoso, Otávio Nunes Dias, Patrick Coelho Vieira, Paula Deporte de Andrade, Paulo Henrique Alves Licas, Pedro Henrique Costa, Rafael Bastos, Renata Barbosa Porcellis da Silva, Renata Rodrigues Pintos, Renato Brito, Rodrigo Dias, Rodrigo Nascimento da Silva, Rosane Bom, Simoni Kruger, Valdir Boanova Júnior, Veridiana Krolow Bosenbecker, Verônica Pasqualin Machado, Vinícius Martins, Vitor Edinei Carvalho Gomes. Justificaram a não participação Fábio Roberto Lemes, Geovane Griesang, Giulia D'Ávila Vieira, Jéferson Fernando Wolff, John Anderson da Costa, Marco Antônio Vaz e Tales Emílio Amorim. Participaram intérpretes de Libras Alexandra e Felipe. Dando início à reunião, o presidente empossou o conselheiro titular das entidades sindicais, Francilon Lima Simões. Ato contínuo, foram colocadas em aprovação **as atas 14 e 15**, aprovadas, como segue:

Sim: 45

Não: 0

Abstenções: 2

Dando continuidade, o presidente propôs a apreciação em bloco das **Portarias IF Sul ad referendum nºs 26, 29, 30, 31, 32, 33 e 34/2021**. Não havendo considerações, foi colocada em votação a homologação das referidas **portarias, aprovadas**, como segue:

Sim: 45

Não: 0

Abstenções: 1

O presidente da FAIFSUL apresentou o Relatório referente às atividades da Fundação em 2020, já aprovado pelo Conselho Curador; a ratificação pelo Conselho é necessária para que a Fundação se credencie junto ao governo. Conselheira Josiela Cavalheiro sugeriu que seja publicizado no site regulamento da Fundação, bem como sejam encaminhados resumos detalhados de todos os projetos. Perguntou se os colaboradores são servidores ou externos. O presidente respondeu serem externos e, na área privada, caso da Fundação, o tratamento usado é colaborador. Informou que no site há link destinado à Fundação e está sendo elaborado site próprio da Fundação. Conselheiro Marcos Betemps parabenizou pela reativação da Fundação e também questionou o Pró-Edu ter mais detalhamento que os outros, cujos recursos eram maiores. Gostaria que todos tivessem detalhamentos semelhantes. Presidente Renato Brito explicou que o projeto das Orquestras de Novo Hamburgo trancou e o governo não tem interesse em dar continuidade, de modo que o recurso deverá devolvido. Conselheiro Marcos Betemps sugeriu anexar ao relatório os documentos de aprovação das instâncias externas. Há cinco anos não é feito nenhum apontamento nas contas da Fundação. Presidente solicitou que os documentos sejam encaminhados para os conselheiros e elogiou o trabalho da Fundação. Colocada em votação a **homologação do Relatório, foi aprovada**, como segue:

Sim: 39

Não: 3

Abstenções: 4

O presidente informou que a pauta seguinte será tratada à tarde, horário possível para a participação de representantes da Comissão de Ética. A seguir, explanou sobre o que motivou a pauta que será tratada: **Alteração do Regimento Geral**. Esclareceu que quando assumiu, em 2017, foi feito um movimento para aproximação da Portaria 246, vigente na época, e que definia quantitativos de CDs e FGs pra câmpus e reitoria. Nesse sentido, foram retiradas duas CD-3 que estavam na reitoria, enviando uma para o Câmpus Pelotas e outra para o CaVG. Na mesma portaria, o Câmpus Sapucaia do Sul tinha a possibilidade de receber uma CD-3. Agora ela está sendo retirada da reitoria e enviada para o câmpus. A proposta é a extinção da função de assessor do reitor. Está sendo proposta também alteração interna na reitoria, passando o Departamento de Seleção para a Proen e a Coordenadoria de Transportes para a Diretoria Executiva. Diretora Ana Paula Silva explicou que não houve alteração de competências, apenas de alocação. Esclareceu que aprovada esta alteração, será necessária também a alteração do **Regimento Interno de Sapucaia do Sul** para alocar a função e distribuir a estrutura e alterar algumas competências. Explicou que houve demanda por modificação no artigo 157, que trata dos Núcleos, tanto da nomenclatura do NUGED para NUGEDS, que passará a estar presente na estrutura dos câmpus e reitoria. Salientou que a aprovação das duas propostas necessita de quórum qualificado para aprovação. Colocada em votação a aprovação das **alterações do regimento geral, foi aprovada**, como segue:

Sim: 47

Não: 0

Abstenções: 2

Diretora Ana Paula Silva explicou as alterações a serem feitas no **Regimento Interno do Câmpus Sapucaia do Sul**: será excluída a Diretoria-adjunta e incluídas CD-3 para a Diretoria de Administração, Planejamento e Estrutura e para a Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão; alguns departamentos deixarão de estar ligados à Direção,

passando para as novas Diretorias e será feito o ajuste de algumas competências. Colocada em votação a alteração do **Regimento Interno do Câmpus Sapucaia do Sul, foi aprovada**, como segue:

Sim: 48

Não: 0

Abstenções: 0

A seguir, foi tratada a **alteração da estrutura das funções**. Diretora Ana Paula Silva explicou que a formalização subsidia a alteração nos sistemas internos e no SIORG. Colocada em votação, a **Alteração da Estrutura das Funções foi aprovada**, como segue:

Sim: 49

Não: 0

Abstenções: 0

A presidente da CPPD Central, Natali Cardoso, explicou que as alterações no regulamento ocorreram pela necessidade de adequação à nova legislação, sendo alterados os itens em que houve obrigatoriedade. Salientou que estamos sem regramento para concessão de RSC, pois este documento após aprovado pelo Conselho irá para apreciação da Comissão Central de RSC do MEC e só depois da sua aprovação poderão ser retomados os processos. Explicou que as mudanças se referem ao tempo estipulado para a RSC, à carência para solicitação de novas solicitações, à pontuação, ao número de membros da banca que devem considerar o candidato apto, ao não pagamento da banca, a não retroatividade do pagamento, aos itens que deixam de pontuar ou mudaram. Conselheiro Francilon Simões sugeriu alterar o título da Dimensão 4 da RSC. Sobre o intervalo de três anos para novo pedido, a presidente Natali Cardoso esclareceu que para mudar o nível de RSC tem que esperar três anos, mas a documentação é válida a partir da concessão do RSC anterior. Para o primeiro RSC serão aceitos todos os documentos posteriores à graduação, observada a limitação de cinco anos. Conselheiro Francilon Simões disse que na próxima plenária vai propor criação de núcleos dos servidores nos câmpus para fazer as avaliações e mitigar o prejuízo que os docentes estão sofrendo. O presidente disse que o Conif oficiou à Setec, contrapondo todas as questões negativas do novo regulamento e também pedindo prorrogação de prazo; só duas sugestões de alteração foram aceitas. Presidente Natali Cardoso informou que não deverão ser enviados processos antes da aprovação final deste regulamento, pois terão que ser alterados. Conselheiro Francilon Simões pontuou que o sindicato é contrário às alterações propostas pelo governo, mas vai aprovar por ser a única alternativa do momento para destrancar os processos. Conselheiro Marcos Betemps sugeriu que a Resolução 3, de 8/6/2021 que provocou as atuais alterações também conste do artigo 1º. Conselheira Daniela Curcio propôs **alteração da redação do § 2º do artigo 5º**: As atividades para alteração no nível do RSC deverão ter sido realizadas em, no mínimo, 3 anos após a data de sua última concessão, ajustada pela presidente para: As atividades para alteração no nível do RSC deverão ter sido realizadas a partir da data da concessão da solicitação anterior, devendo ter, no mínimo, uma carência de 3 anos para nova solicitação. Colocada em votação, a proposta de **nova redação foi aprovada**, como segue:

Aprovação de nova redação para o § 2º do art. 5º:

Sim: 47

Não: 0

Abstenções: 1

A seguir, foi colocada em votação a aprovação do Regulamento do RSC, aprovado, como segue:

Sim: 41

Não: 1

Abstenções: 2

As pautas apresentadas a seguir e colocadas para apreciação conjuntamente foram as propostas de **calendários acadêmicos dos cursos da UAB e do Câmpus Camaquã**. Não havendo considerações, foram **aprovadas**, como segue:

Aprovar calendários UAB e Camaquã:

Sim: 49

Não: 0

Abstenções: 0

Diretora Rosane Bom explicou que a reformulação dos regulamentos dos Núcleos veio da proposta dos GT de cada um dos núcleos, atualizados pela necessidade de atender novas concepções e aspectos legais. O servidor José Antônio falou sobre o Regulamento do NAPNE; explicou que as principais atualizações se referem à definição do público-alvo, a estabelecer definição de necessidades específicas, ao fomento da cultura por meio de ações diversas, ao aumento do número de reuniões, ao comprometimento dos participantes do núcleo, à importância pedagógica do docente, à necessidade de docente AEE. Colocado em votação o novo **Regulamento do NAPNE foi aprovado**, como segue:

Sim: 45

Não: 0

Abstenções: 1

Conselheira Magda Santos e conselheiro Glederson Lessa declararam voto pela opção SIM.

A seguir, a diretora Rosane Bom falou sobre o Regulamento do NUGED. Explicou ter sido o que teve maior número de alterações no sentido de concepções, inclusive na sua sigla, pois o Núcleo trata especificamente de gênero e diversidade sexual. Colocado em votação, o **Regulamento do NUGED foi aprovado**, como segue:

Sim: 47

Não: 0

Abstenções: 1

O representante do NEABI, André Luis Pereira, falou sobre a proposta do regulamento do Núcleo. Salientou a necessidade de aumento de carga horária para dedicação ao trabalho do núcleo e defendeu o cargo de coordenador/a e vice-coordenador/a, já reconhecendo a impossibilidade remuneratória, mas garantindo espaço maior nas deliberações dentro dos câmpus e a vinculação às coordenadorias/direções de extensão. Conselheiro Carlos Correa defendeu a isonomia de tratamento entre todos os núcleos (NEABI considera coordenador e vice, enquanto NAPNE e NUGED consideram representante e vice) e entende que o Núcleo deve estar vinculado às direções-gerais, por atender toda a instituição. Conselheiro Marcos Betemps ratificou a importância da padronização da nomenclatura. Conselheiro Alexandre Pitol entende a necessidade de função para essas coordenarias. Sugeriu GT para apresentar estrutura padrão dos câmpus para contemplar pelo menos uma coordenação por câmpus e manifestou interesse em participar do GT. Conselheira Carolina Soares manifestou-se dizendo que a redação do artigo 6º deve deixar claro que a carga horária deve seguir o

RAD. Servidor André Luis Pereira considera que a padronização reduz o impacto e atende a burocracia; que a proposta de coordenação visa determinar mais tempo para dedicação ao trabalho; que deve ser reconhecida a especificidade e importância de cada núcleo. Conselheiros sugeriram ampliar a nomenclatura coordenador/vice-coordenador para todos os núcleos. Diretora Ana Paula Silva explicou que núcleos, na instituição, são órgãos para assessorar as direções em questões específicas, não estão na estrutura formal da instituição, mas como forma de colegiado; a nomenclatura usada para o responsável é presidente, para não haver confusão com a estrutura formal; salientou que o regimento omite nomenclatura a ser usada. Conselheira Gabriele Mandler disse se os núcleos são para assessoramento, então devem ser chamados para colaborar; que devemos pensar que instituição queremos e, a partir daí, ver a parte técnica, o que é possível fazer, porque a dificuldade não impede que se tente. Houve duas sugestões para alteração da redação do artigo 3º. Do Câmpus Pelotas: O NEABI está instituído em câmpus vinculado à Diretoria-geral equivalente e, na reitoria, vinculado ao departamento de Educação Inclusiva (DEPEI). Câmpus Sapucaia do Sul propôs: O NEABI está instituído em cada câmpus vinculado à unidade administrativa responsável pelo Ensino, Pesquisa e Extensão do câmpus e, na falta desta, vinculado à direção-geral do câmpus. Na reitoria, vinculado ao Departamento de Educação Inclusiva (DEPEI). Colocadas em votação, foi **aprovada a sugerida pelo Câmpus Pelotas**, como segue:

Manter a redação original: 10

Proposta do Câmpus Pelotas: 24

Proposta do Câmpus Sapucaia do Sul: 8

Abstenções: 4

O artigo 7º recebeu sugestão de alteração da representação do Câmpus Pelotas, visando manter a isonomia do texto: A composição do NEABI será organizada por: I – representante II vice-representante. Colocado em votação, foi aprovado manter a redação original do artigo, como segue:

Manter a redação original: 23

Proposta do Câmpus Pelotas: 18

Abstenções: 2

Não havendo outras considerações, o **Regulamento do NEABI foi aprovado**, como segue:

Aprovar novo regulamento do NEABI:

Sim: 41

Não: 0

Abstenções: 2

Considerando sugestões para que os outros núcleos adotem a mesma nomenclatura, a diretora Rosane Bom solicitou que seja feita hoje a votação, para reconhecimento da mesma importância dos núcleos. Colocada em votação a proposta, foi **aprovada a alteração da nomenclatura da composição do NUGED e NAPNE** para coordenador e vice-coordenador, como segue:

Sim: 40

Não: 2

Abstenções: 5

Conselheiro Elton Pedroso salientou a importância de mantermos a formalidade, pelo princípio da legalidade e o cuidado ao mensurar a importância dos trabalhadores da instituição, pois todos são responsáveis pela permanência e êxito do aluno, mesmo que

a atividade desenvolvida pelo servidor não esteja diretamente ligada ao estudante. Conselheiro Alexandre Pitol reforçou a importância de criar GT para estudar a forma como os núcleos estão trabalhando e o que pode ser feito para melhorar. Presidente propôs que o conselheiro apresente a proposta, já com sugestão de composição do GT. Entrou em discussão o pedido de **informações e acesso aos processos nos casos de denúncia de assédio e violência de gênero no IFSul**. Conselheira Daniela Curcio manifestou a necessidade de garantir o direito de os denunciantes acompanharem o processo. A representantes da Comissão de Ética, Beatriz Araújo e Simoni Kruger explicaram que a Comissão trabalha baseada nas normas do Decreto 6029/2007 e na Resolução nº 10. Sua competência é aplicar o código de ética do servidor público, fazendo apuração de denúncias que possam estar em desacordo com as normas éticas. Existe rito a cumprir na apuração da denúncia, e os documentos do processo ficam reservados até o término dele, que acontece com a decisão da comissão de ética, seja pelo arquivamento, termo de acordo de conduta ou a pena, que seria a censura. Quem tem direito a acesso é o denunciado e a única exceção é quando o denunciante também é vítima, mediante solicitação. Assim, a conselheira Daniela Curcio tem direito de acessar o processo em que é denunciante e também vítima. Esta pediu para saber como está o andamento do processo e gostaria de saber se há outros caminhos a tomar. Representante explicou que para fazer a admissibilidade são considerados três itens: descrição da conduta, da autoria(se possível) e das provas ou onde podem ser encontradas. Depois da admissibilidade é aberto processo preliminar; nesse processo o máximo possível de ser feito é a escuta do denunciado e, às vezes, o denunciante. É gerado um relatório, que pode definir o arquivamento, o acordo de conduta, recomendações e, sendo denúncia muito grave, pode gerar o processo de apuração ética, que também gera relatório e pode gerar punição, que é a censura ética. Essa consiste em apontamento na ficha funcional do denunciado e o nome é enviado para o cadastro da comissão de ética pública. Recebendo a denúncia e percebendo que há algo mais grave do que o aspecto ético, pode ser encaminhada para o Núcleo de Correição, que irá analisar a necessidade de abrir ou não um PAD. Os dois encaminhamentos podem ser feitos simultaneamente. A comissão de ética tem as funções de prevenção, educação e consultiva. Os prazos são de até dois para cada um dos processos: preliminar e apuração. Simoni Kruger salientou que todos os servidores devem conhecer o código de ética e manter postura de acordo com ele, dentro e fora da instituição e primar pelo processo educativo. Considera erro as pessoas esperarem punição, porque ao mesmo tempo não há preocupação em saber se todos estão sendo instruídos, ou não estamos fazendo um trabalho que diga, estão todos sabendo, então quem fizer algo que fira o código está assumindo o risco. Conselheira Denise Lacerda questionou qual seria a punição administrativa. A servidora Beatriz Araújo ratificou que a comissão pode fazer um acordo de conduta, recomendações e punição, que é a censura ética. A conselheira Denise Lacerda considera incipientes essas penalidades e, nesses casos de violência, deve buscar penalidades mais contundentes. A servidora Beatriz Araújo lembrou que pode existir o PAD, pela Lei 8.112 ou recurso penal. Conselheira Daniela Curcio disse entender que o caminho tomado pelas denunciantes não vai levar efetivamente à investigação e às punições que devem ser feitas. Salientou que as penalidades e os prazos do trabalho da comissão não vão impactar na situação. Ficou claro que precisam ser feitos outros encaminhamentos, porque não se pode deixar esse fato passar e cair no esquecimento. Em nome de todas as servidoras que assinaram o documento, disse

querer garantir o direito de que o fato seja investigado, porque apenas educar não é suficiente e precisa algumas sanções e penalidades para que fatos semelhantes não se repitam. Perguntou se a reitoria não encaminhará à correição. A servidora Beatriz Araújo disse que tem sido bastante usado o acordo de conduta, com cláusulas a serem cumpridas e que observa um bom retorno. Conselheiro Evandro Fernandes lembrou que as penalidades existem na Lei 8.112 e perguntou quem as está aplicando e em que momento isso é feito. Entende haver posturas de negligência, que se empurra com a barriga, no intuito de que não haja punição. A servidora Beatriz Araújo ratificou que os prazos da comissão de ética e dos PADs são diferentes. Conselheira Josiela Cavaleiro defende que se procurem outras instâncias externas à instituição. O presidente explicou que o primeiro processo foi aberto pela gestão da reitoria, que entendeu ser o melhor caminho enviar à comissão de ética. Os outros dois também tiveram o mesmo encaminhamento para que houvesse uma análise global, com todos os argumentos. Ninguém está negligenciando, mas agindo dentro do que está posto na legislação. Se houver necessidade pode ir para à correição, que avaliando, encaminha ao reitor o pedido de comissão de PAD, que ao final do trabalho pode indicar uma punição. Conselheira Denise Lacerda disse que quer esse fato acompanhado de perto pelas pessoas que têm acesso. Conselheira Aline Silva considera que o prazo do processo é muito longo para uma ofensa que foi pública e entende a necessidade um processo paralelo. Quanto ao prazo, a servidora Simoni Kruger explicou que há situações que podem sobrestar o processo, como afastamento médico e, neste momento, a pandemia. Respondendo ao conselheiro Júlio Korzekwa, o presidente esclareceu que denúncias que envolvem ética, vão para a comissão de ética e denúncias de outros desvios vão para o núcleo de correição. Conselheira Daniella Schulz considera que o que gera desconforto é o fato de que o encaminhamento não foi o que gostaria de ter tomado, uma vez que a comissão de ética não tem caráter punitivo. Presidente explicou que terá reunião com a comissão de ética na próxima semana, quando verá o que é possível fazer para agilizar o processo e se já poderá ser encaminhado para a correição. Dará retorno na próxima reunião. Servidora Beatriz Araújo disse que o trabalho da comissão já foi feito. Conselheiro Alexandre Pitol considera que o sistema pode ser mais ágil e sugeriu capacitação em ética. A seguir foi tratada a **Política de Inovação do IFSul**. Pró-reitor Vinicius Martins apresentou o percurso da Política de Inovação no IFSul. Presidente destacou a importância que é para a instituição ter uma política de inovação estabelecida, para incentivar cada vez mais a inovação. Conselheiro Francilon Simões, cujas palavras foram ratificadas por vários conselheiros, notou falta de espaço para discussão e sugeriu abrir para mais uma rodada de reuniões nos câmpus, com apresentação dos pontos contraditórios, uma vez que as reuniões foram mais para apresentação do que para discussão, observando animosidade dos apresentadores e resistência às sugestões. Mesmo sendo disponibilizado formulário para sugestões, a minuta enviada aos conselheiros não acatou nenhuma delas; também foi registrada dificuldade de encaminhar sugestões pois o formulário estava fechado, embora dentro no prazo previsto para fazê-las. Conselheiro Alexandre Pitol considera que o documento deve ser votado hoje, por ter havido discussões suficientes, embora reconhecendo a baixa participação dos servidores nos colóquios. Conselheiro Antônio Silveira Jr. considera a importância de mais tempo por não ser apenas uma política, tem influência em muitos âmbitos da instituição, como carreira, área física, editais, patrimônio, relação com o mundo do trabalho, forças produtivas. Conselheira Daniela

Curcio ratificou a dificuldade que houve com o processo, pois com todas as reuniões, o documento apresentado hoje é o mesmo apresentado na reunião anterior, mostrando que não foi acolhida nenhuma sugestão feita. A única alternativa para votar o documento hoje, é discutindo artigo a artigo. Disse que é preciso rever a metodologia de trabalho do GT e também abrir para outras pessoas. Pró-reitor Vinicius Martins discordou; disse que o formulário foi criado para receber sugestões dos câmpus e acreditava que haveria muitas sugestões, que viriam para o Conselho, o que não aconteceu. Disse que as reuniões foram democráticas e que o documento poderia ser votado agora. Consultados os conselheiros sobre a continuidade da reunião após passadas três horas, e havendo aprovação, o conselheiro Francilon Simões disse que a intenção é construir uma política com a cara da instituição. Disse que ontem não conseguiu abrir o formulário e reiterou a necessidade de reabrir o debate em todos os câmpus, apontando pontos contraditórios. Conselheiro Marcos Betemps disse que o formulário sugeria apenas a reescritura do artigo; diz que trazer as sugestões para serem aprovadas na hora deixa os conselheiros em situação difícil; propôs reabrir o formulário e delegar aos conselheiros de cada câmpus a tarefa de reunir todas as sugestões; todas as sugestões devem ser enviadas a todos os câmpus antes da próxima reunião. Conselheiro Lauro Borges manifestou que a decisão de seu câmpus foi postergar a discussão; que as reuniões nos câmpus foram mais uma apresentação com pouco tempo para debate; considera que colocar sugestões em formulário não abrange discussões de fundo e considera importante ter a visão das entidades estudantis. Conselheira Josiela Cavalheiro disse que precisa ter uma metodologia mais qualitativa, que lives não são instrumentos de debate ou sistematização; defendeu colóquios ou seminários presenciais nos câmpus. Presidente informou que a partir da próxima reunião vai cobrar os três minutos de manifestação, a fim de garantir a participação de todos e cumprir o tempo estipulado para a duração das reuniões. Conselheiro Alexandre Pitol reiterou a importância de que a votação seja hoje e presidente disse que cabe ao Conselho decidir pela continuação ou não da reunião, com a avaliação do documento. Posta em votação a proposta de **avaliar o documento na sequência**, os conselheiros manifestaram-se majoritariamente contrários, como segue:

Sim: 14

Não: 25

Abstenções: 0

Presidente disse haver uma proposta de encaminhamento, feita pelo conselheiro Marcos Betemps, a saber: abrir o formulário, dar um prazo, encarregar os conselheiros de recolher as sugestões, que farão debate junto aos câmpus; todas as sugestões devem ser socializadas entre os câmpus, retornar o formulário com as sugestões aos câmpus. Conselheiro Alexandre Pitol considera importante a opinião do GT sobre os aspectos legais das sugestões. Pró-reitor Vinicius Martins informou que, se as propostas diferirem muito das originais, o documento deverá ser submetido novamente à procuradoria. Presidente esclareceu que, se aprovada a proposta do Betemps, na reunião do dia 13 seria apresentado nova proposta de cronograma das etapas. **Colocada em votação a proposta: reabrir o formulário, colocar as sugestões, juntar todas elas, enviar para as/os conselheiras/conselheiros, que poderão fazer reuniões junto aos câmpus e depois retornar para avaliação do Conselho**, sendo que na reunião de 13 de dezembro será apresentado pelo pró-reitor Vinicius Martins, cronograma de cada uma dessas etapas, foi **aprovada**, como segue:

Sim: 37

Não: 1

Abstenções:1

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente encerrou a reunião, e eu, Stela Marina Nunes de Castro, digitei esta ata, que após lida e aprovada pelos participantes será publicizada.